

## **LEI Nº 6.791, DE 05 DE OUTUBRO DE 1999.**

*Cria órgãos e cargos na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça e dá outras providências.*

### **O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:**

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art 1º** Ficam criados, na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, os seguintes órgãos:

I- vinculados à Coordenadoria da Infância e da Juventude, o Centro de Atividades Ocupacionais Desembargador Mário Moura Rezende - CAO e o Centro Terapêutico do Adolescente - CETA, destinados ao atendimento dos adolescentes com passagem nas Varas da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, pela prática de atos infracionais ou pelo envolvimento com o uso de drogas químicas.

II - vinculada à Subsecretária Administrativa, a Coordenadoria de Patrimônio, órgão de natureza instrumental, encarregado do gerenciamento e controle do acervo constituído pelos bens móveis e imóveis de propriedade do Tribunal de Justiça, e auxiliar do sistema de administração financeira e contábil.

**Art. 2º** O Centro de Atividades Ocupacionais Desembargador Mário Moura Rezende é unidade de reaproximação à família e à sociedade, de adolescente envolvido com a lei, pela prática de infrações que não impliquem na decretação de medida sócio-educativa privativa de liberdade.

**Parágrafo único** - As atividades a serem desenvolvidas pelo Centro de Atividades Ocupacionais Desembargador Mário Moura Rezende terão como base a oferta de cursos de iniciação profissional, preferencialmente de curta duração, e de serviços de orientação social e psicológica com vistas ao resgate da auto estima e da promoção pessoal e familiar do adolescente.

**Art 3º** O Centro Terapêutico do Adolescente - CETA é unidade de atendimento a adolescente usuário de drogas químicas, com passagem pelo Sistema de Justiça da Infância e da Juventude, em consequência da prática de infrações.

**Art. 4º** Para o cumprimento dos objetivos previstos no artigo 1º, o Tribunal de Justiça poderá firmar convênios e acordos com instituições governamentais e não-governamentais de profissionalização, escolarização, lazer, colocação em mercado de empregos, de coordenação e execução das política públicas de educação, saúde, trabalho, transportes e outras, bem como de gerenciamento e controle da administração patrimonial, de qualquer

instância de Poder.

**Art. 5º** O Tribunal de Justiça poderá ainda destinar recursos do seu orçamento próprio e do Fundo Especial do Poder Judiciário para a realização, em parceria com outros órgãos, de despesas com instalação, equipamentos e manutenção das atividades do CAO, do CETA e da Coordenadoria de Patrimônio.

**Art 6º** O Centro de Atividades Ocupacionais Desembargador Mário Moura Rezende - CAO tem sede própria instalada na Rua Jesus de Nazaré, s/n, no Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, podendo, a critério do Tribunal de Justiça, ser transferido para outro imóvel público ou particular.

**Art 7º** O Centro Terapêutico do Adolescente - CETA será instalado em imóvel a ser adquirido especialmente para este fim, podendo a aquisição ocorrer por doação, comodato, compra ou dação em pagamento.

**Art 8º** A Administração Estadual, os órgãos e entes que a compõem, deverão conferir, no âmbito das respectivas competências e finalidades, tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos a adolescentes originários do CAO e do CETA, visando a assegurar aos mesmos o pleno exercício de seus direitos básicos e a efetiva integração social.

**Art. 9º** Cada um dos órgãos a que se refere o inciso I, do artigo 1º, será dirigido por um Diretor, símbolo TJ-CIJ-001, auxiliado por um Diretor Adjunto, símbolo TJ-CIJ-002, nomeados, em comissão, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

**Art. 10** A Coordenadoria de Patrimônio será administrada por um Coordenador, símbolo TJ-CPJ-001, nomeado, em comissão, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

**Art. 11** Para a composição do quadro de pessoal especializado dos órgãos criados por esta Lei, o tribunal de Justiça poderá designar técnicos ou serventuários disponíveis, do Quadro Permanente do Poder Judiciário, ou requisitá-los de outros órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta dos demais Poderes do Estado.

**Art. 12** Ficam criados no Quadro do Tribunal de Justiça dois (02) cargos de Diretor de Unidade de Atendimento, símbolo TJ-CIJ-001; dois (02) cargos de Diretor Adjunto de Unidade de Atendimento, símbolo TJ-CIJ-002; um (01) cargo de Assessor Militar Adjunto, símbolo TJ-AMJ-001; um (01) cargo de Coordenador de Patrimônio, símbolo TJ-CPJ-519.

§ 1º - Os vencimentos básicos dos cargos a que se refere este artigo, bem como os de Assessor Técnico Judiciário, símbolo TJ-APJ-408, serão os constantes do anexo único à presente lei.

**Art. 13** -Passam a denominar-se Coordenadoria das Serventias, a atual Coordenadoria dos Juizados de Pequenas Causas, e Coordenador das Serventias, símbolo TJ-SPJ-512, o atual cargo de Coordenador dos Juizados de Pequenas Causas, símbolo TJ-CPJ-512.

**Art. 14** Para viabilizar a instalação da Comarca de São Mamede, de 1ª Entrância, a que se refere o artigo 3º, da Lei nº 4.022, de 30 de novembro de 1978, ficam criados um (01) cargo de Juiz de Direito, símbolo PJ-1; um (01) cargo de Escrivão, símbolo PJ-SFJ-101; três (03) cargos de Oficial de Justiça, símbolo PJ-SFJ-102; três (03) cargos de Escrevente, símbolo PJ-SFJ-103; e um (01) cargo de Oficial de Serventia, símbolo PJ-SFJ-104.

**Parágrafo único** - Para composição das serventias extrajudiciais da Comarca de São Mamede, são criados os seguintes cargos:

I- um (01) de notário;

II - um (01) de Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e de Protestos; e

III - um (01) de Oficial de Registro de Distribuição.

**Art 15** -A atual Serventia do Registro Civil de Pessoas Naturais perde a condição de Serventia Distrital e integra a nova Comarca, respondendo seu Oficial pelas atribuições de serviços de registros e de notas, enquanto não ocorrer a instalação e o provimento das Serventias respectivas.

**Art. 16-** As despesas decorrentes do atendimento do disposto no artigo 14 da presente Lei correrão à conta de recursos orçamentários consignados em favor do Poder Judiciário.

**Art. 17** -A Coordenadoria da Infância e da Juventude, juntamente com os dirigentes a que se referem os artigos 9º e 10, deverá elaborar, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, os regimentos internos do CAO e do CETA, dispondo sobre o perfil da clientela, as formas do encaminhamento, acolhida e atendimento dos casos, de acordo com as peculiaridades de cada um, priorizando sempre a reinserção familiar, a preparação para o trabalho e o convívio social como objetivo final de todo tratamento.

**Art .18** -Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.

**Art .19** -Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**, em João Pessoa, 05 de outubro de 1999; 109º da Proclamação da República.

**JOSÉ TARGINO MARANHÃO**  
GOVERNADOR

## **ANEXO ÚNICO**

### **LEI Nº 6.791, de 05.10.99**

<b>Cargo</b>	<b>Símbolo</b>	<b>Vencimento</b>
Diretor de Unidade de Atendimento	TJ-CIJ-001	500,00
Diretor Adjunto de Unidade de Atendimento	TJ-CIJ-002	350,00
Coordenador de Patrimônio	TJ-CPJ-519	600,00
Assessor Militar Adjunto	TJ-AMJ-001	350,00
Assessor Técnico Judiciário	TJ-APJ-408	600,00